

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.096 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2000

AOS LEITORES

Em virtude de problemas técnicos na rede de dados do Prodasen, o *Jornal do Senado* circula hoje com edição reduzida. As matérias não publicadas hoje serão divulgadas na edição de segunda-feira.

CI discutirá com ministro gestão do setor mineral

PÁGINA 3



Antonio Carlos recebeu integrantes da CPI da Câmara e aceitou participar de reunião de cúpula no Paraguai para discutir ações contra o narcotráfico

Votação de MP que altera Código Florestal deverá ser adiada

Presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, decide não colocar em pauta no dia 24 a medida provisória que trata das áreas de proteção ambiental e tem provocado grande polêmica



NOS EUA

A Suprema Corte dos Estados Unidos, criada em 1790, é integrada por nove magistrados e a primeira mulher, Sandra Day O'Connor, foi confirmada pelo Senado norte-americano, após indicação do então presidente Ronald Reagan, em 1981. Hoje, além dela, também a juíza Ruth Bader Ginsburg integra a Suprema Corte. Não há regras definindo alternância dos sexos para indicação dos integrantes daquela alta Corte.

Fonte: Enciclopédia Encarta e Homepage do Judiciário Federal dos EUA.
Foto: Composição da Suprema Corte em 1995 (Ruth Bader Ginsburg de pé, à esquerda, e Sandra Day O'Connor, sentada, segunda à direita).

O senador Antonio Carlos Magalhães decidiu não colocar em votação no Congresso no dia 24 a medida provisória que altera o Código Florestal. Com isso, a MP poderá ser reeditada e ter sua tramitação reiniciada, abrindo es-

paço para resolver a polêmica sobre as áreas de proteção ambiental surgida nos últimos dias.

Ontem, Antonio Carlos recebeu membros da CPI do Narcotráfico e aceitou convite para participar de reunião de cúpula no Paraguai.

PÁGINA 2

SUBCOMISSÃO OUVI DEPOIMENTOS E PREPARA PROJETOS PARA ESTIMULAR CINEMA BRASILEIRO

Com base nos subsídios que vem colhendo em reuniões como a de ontem com cineastas e dirigentes de entidades ligadas ao setor, a Subcomissão do Cinema Brasileiro se prepara para elaborar um conjunto de projetos que sirvam de estímulo à atividade audiovisual no país.

PÁGINA 3 A Subcomissão do Cinema ouviu cineastas e dirigentes do setor



PLENÁRIO DEBATE PROPOSTA QUE RESERVA VAGAS PARA MULHERES NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Emenda constitucional que estabelece alternância de nomeações entre homens e mulheres para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal foi defendida ontem em Plenário pelo senador Ademir Andrade, autor da proposta, e pela senadora Heloísa Helena. O senador Roberto Requião afirmou que a alteração sugerida não possui "racionalidade interna" e pediu sua rejeição pelo Plenário, que a aprecia em primeiro turno.

PÁGINA 4

ORÇAMENTO PPA será votado em esforço concentrado

PÁGINA 3

Medida provisória do Código Florestal deve ter votação adiada

O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Com o adiamento, a MP será reeditada e nova comissão mista deverá ser formada para analisar o tema

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou na manhã de ontem que a medida provisória (MP) que trata das áreas de proteção ambiental, previstas no Código Florestal, não deverá ser votada no próximo dia 24, como previsto anteriormente. Na condição de presidente do Congresso, é ACM quem estabelece a pauta de votações. O adiamento deverá ser requisitado por líderes partidários a Antonio Carlos.

– Se solicitarem o adiamento, muito bem. Mas eu já tinha decidido isso antes de viajar – destacou o senador.

Com o adiamento, a medida provisória deverá ser reeditada pelo governo, e a polêmica surgida com a aprovação em comissão mista de relatório que amplia os limites de desmatamento, na Amazônia e nos cerrados, poderá ser superada. Com a nova MP, o processo de tramitação da matéria será reiniciado. Outra comissão mista será constituída, criando condições de aprofundar o debate sobre o assunto e de elaboração de novo relatório.

Segundo Antonio Carlos, a proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula percentual de recursos orçamentários à saúde, a exemplo do que já ocorre com a educação, “ainda não tem data fixada para ser votada”. A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e teria condições regimentais de ser apreciada pelo Plenário a partir do dia 7 de junho.

O senador lembrou que a prerrogativa de fixar a agenda de votações é da presidência. Observou ainda que essa data, 7 de junho, corresponde ao prazo mínimo para colocação do projeto em pauta, mas não o máximo. Sobre o mérito da proposta, Antonio Carlos disse ser “contra a vinculação”. Ressaltou, entretanto, que “isso não quer dizer que não possa vir a ser aprovada”.



Antonio Carlos Magalhães sobre o adiamento: “Eu já havia decidido isso antes de viajar”

ACM participa de reunião de cúpula no Paraguai

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem a direção da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, e aceitou convite para participar de reunião de cúpula na cidade paraguaia de Capitán Bado, ao lado de autoridades brasileiras e paraguaias. No encontro, serão discutidas ações conjuntas das forças policiais dos dois países, principalmente contra o narcotráfico.

De acordo com o deputado Magno Malta (PTB-ES), presidente da comissão, o encontro deverá ocorrer entre os dias 30

de maio e 7 de junho. Já confirmaram a presença, além de Antonio Carlos, presidente do Senado, os presidentes da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso. A CPI também irá conversar com o presidente Fernando Henrique Cardoso para garantir sua participação, e espera para breve a confirmação da presença do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

O relator da CPI, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), confirmou a presença de “todas as

autoridades paraguaias de primeiro escalão, incluindo o próprio presidente da República, a direção do Congresso e autoridades do Judiciário”. A cúpula agendada para a cidade de Capitán Bado, situada na fronteira com o Brasil, próximo a Mato Grosso do Sul, pretende dar consequência prática ao tratado assinado entre os dois países que prevê a atuação conjunta das forças policiais brasileiras e paraguaias contra o narcotráfico. A deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) também participou do encontro com o presidente do Senado.

Morte de conselheiro tem voto de pesar do Senado

O Plenário do Senado aprovou, após a Ordem do Dia, voto de pesar pela morte do conselheiro Heliel Martins, do Tribunal de Contas do estado da Bahia. O senador Paulo Souto (PFL-BA) lembrou a biografia do conselheiro, que foi deputado estadual e presidente da Assembléia Legislativa baiana, além de ter ocupado o governo do estado.

– Como deputado, formou junto com outros parlamentares, como Luís Eduardo Magalhães e o atual governador César Borges, uma das mais destacadas bancadas que a Assembléia já teve. Sua morte foi extremamente sentida pela sociedade e pelo meio político da Bahia – afirmou Souto.

Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Magalhães também lamentou a morte do conselheiro Heliel Martins. Para o presidente do Senado, ele foi uma das melhores figuras da recente política da Bahia, e “se sobressaía sempre pelo espírito público e inteligência para encontrar soluções para os problemas políticos”.

– Acho que o Senado deve manifestar-se em solidariedade à família e à política do estado. É uma homenagem justa, foi um homem de bem, digno, que vai fazer falta à Bahia.

Brasil 500



SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CI convida ministro para falar do setor mineral

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou proposta do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) para a realização de audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, a fim de discutir o gerenciamento do setor mineral brasileiro. A proposta de Saturnino foi feita após análise de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no Departamento Nacional de Produção Mineral do Amazonas. O senador pediu que a audiência, ainda sem data marcada, seja realizada em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS).

Na mesma reunião, os senadores debateram projeto oriundo da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás a lacrarem e requalificarem seus botijões. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) relatou a matéria e pediu sua rejeição. Ele justificou essa posição afirmando que, hoje, as empresas já cumprem as determinações constantes do projeto por meio de medidas de auto-regulamentação. A matéria deverá ser

votada na próxima reunião da comissão.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou voto em separado pedindo a aprovação do projeto. Ele afirmou que todos os botijões fabricados devem atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e que a falta de atenção a elas põe em risco a segurança da população.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) declarou que votará favoravelmente ao projeto, apoiando o voto em separado de Cândido. Camata reclamou da falta de regulamentação dos serviços públicos, o que muitas vezes acaba sendo prejudicial para o consumidor. Como exemplo, citou os medidores do consumo de energia elétrica usados no Brasil, que, segundo ele, são absolutamente arcaicos e de difícil leitura. Comentou ainda a recente criação de mais uma conta de telefone, só para interurbanos, surgida após a privatização da telefonia.

— São serviços de que todos precisam, mas parece que não há interesse em facilitar a vida do cidadão — comentou.

CCJ aprova indicação para o Tribunal Superior do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por 15 votos a favor e nenhum contra, o nome de João Batista Brito Pereira para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Armando Brito. A matéria segue agora para votação do Plenário.

Na exposição aos membros da CCJ, João Batista Brito Pereira — atual subprocurador-geral do Trabalho — disse que é favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional que institui a súmula vinculante, já aprovada pelo Senado e, atualmente, em exame pela Câmara dos Deputados. A proposta vincula as decisões das instâncias inferiores a sentença prévia do Supremo Tribunal Federal sobre o mesmo assunto, evitando repetições.

Na opinião de Brito Pereira, apesar de receber muitas críticas, a súmula vinculante, se aprovada, além de economizar tempo e recursos públicos nos julgamentos dos tribunais superiores, influirá na economia nacional.

— Muitos países do chamado Primeiro Mundo evitam investir no nosso país sob a alegação de que há sempre o risco de interpretações diferentes nas sentenças judiciais dos diversos tribunais brasileiros — observou.

No período de debates, posterior à exposição, o relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), perguntou sobre o fortalecimento das negociações nas ações trabalhistas entre patrões e empregados, em vez de uma rígida observação da legislação vigente. Brito Pereira respondeu ser favorável a uma maior “flexibilização” das leis que envolvem os contenciosos, pois não se pode “engessar” a busca do acordo nas questões trabalhistas.

João Batista Brito Pereira é formado em Direito com curso de pós-graduação em Direito Público pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AUDF). Foi professor de nível superior em Direito do Trabalho, advogado de juntas de Conciliação e Julgamento, procurador do Trabalho e, finalmente, subprocurador-Geral do Trabalho.

Comissão de Orçamento votará PPA em esforço concentrado

Três reuniões marcadas para a próxima semana devem encerrar a apreciação do Plano Plurianual 2000/2003

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional marcou para a próxima semana, durante três dias consecutivos, um esforço concentrado para votar o relatório final do Plano Plurianual (PPA) relativo a 2000/2003.

Na terça-feira, às 15h, será aberta a discussão. Na quarta, a partir das 10h, os membros da comissão iniciarão o processo de negociação dos destaques a serem apresentados, e na quinta-feira, às 9h, o relatório final entrará na pauta para ser votado.

Na quarta-feira, a Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reuniu o chamado colegiado de relatores setoriais, que envolve dez



Gilberto Mestrinho, presidente da CMO, marcou o esforço concentrado

áreas temáticas, e aprovou o relatório que será submetido ao Plenário da comissão para discussão e votação.

O Plano Plurianual fixa diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Executivo no período compreendido entre os anos de 2000 e 2003. O PPA abrange investimentos governamentais e fixa despesas de caráter contínuo — despesas correntes — para atender várias áreas, como saúde, educação e segurança.

Somente depois de votar o PPA 2000/2003 é que a Comissão de Orçamento examinará o relatório de acompanhamento da execução do Plano Plurianual relativo a 1998. O relatório faz uma análise de cada

tema e da ação do PPA, dos créditos orçamentários correspondentes, quantifica a respectiva execução financeira e detalha a realização física das metas do exercício.

Constam ainda da pauta da comissão o exame da execução do PPA no período compreendido entre 1996 e 1998, submetido recentemente ao Congresso Nacional, e a votação do requerimento do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que convida o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para prestar esclarecimentos sobre os fundos setoriais relativos à sua área, especialmente com relação ao Plano Plurianual 2000/2003.

A criação de uma subcomissão para reformular e propor alterações no processo orçamentário também entrará em pauta depois da votação do PPA 2000/2003. O autor do requerimento é o deputado João Coser (PT-ES).

José Fogaça e Francelino consideram “excelentes” depoimentos sobre cinema

A 6ª reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro, realizada ontem na Comissão de Educação do Senado, foi avaliada como “excelente”, tanto por seu presidente, senador José Fogaça (PMDB-RS), quanto pelo relator, Francelino Pereira (PFL-MG). Durante os trabalhos foram ouvidos Leopoldo Nunes, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD); Werner Schünemann, presidente da Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul (Fundacine) e os cineastas Sílvio Tandler e João Moreira Sales.

Para Fogaça, os depoimentos de ontem, somados aos anteriores, quando compareceram também nomes expressivos do cinema brasileiro, como Nelson Pereira dos Santos, Gustavo Dahl, Luis Carlos Barreto e Mariza Leão, entre outros, “justificam, inteiramente, a criação dessa subcomissão”. A conclusão mais importante, disse ele, é a de que o país não dispõe de uma política para o audiovisual.

O relator, Francelino Pereira, entende que, a partir dos subsídios que vem colhendo, a subcomissão poderá, em breve, elaborar um conjunto de projetos que sirvam de ins-



Subcomissão do Cinema Brasileiro ouviu novos depoimentos dentro da série destinada a levantar todos os problemas do setor

trumento de estímulo ao setor cinematográfico. Ele destacou o documentário como “uma parte vital do cinema brasileiro”. Esse gênero, disse, presta-se tanto às análises antropológica, sociológica ou histórica como para denunciar aspectos injustos da nossa realidade.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) discordou dos cineastas quanto à falta de uma política para o audiovisual. Ele assegurou que, neste momento, o cinema é dos poucos setores que possuem uma política própria no Brasil, “porque o resto está entregue ao mercado”. Contudo, defendeu a impor-

tância de que essa política seja aperfeiçoada.

Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), em resposta à colocação dos cineastas que criticaram a dificuldade de acesso à TV para os curtas, apontou uma questão ideológica, juntamente com o problema dos custos.

— A televisão está acostumada a criar um tipo de platéia que não tem o hábito de ver seletivamente. Noventa por cento das imagens da TV mudam de três em três segundos, para o telespectador não se cansar, porque ele foi condicionado a um “ver” pouco reflexivo — afirmou.

Fundo de Combate à Pobreza inicia discussão em 2º turno

O Senado teve ontem o primeiro dia de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo de Combate à Pobreza. A votação definitiva da proposta deve acontecer na próxima semana, depois de mais dois dias de discussão.

Na sessão, o presidente do Senado enviou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise de emendas, a PEC que permite que estrangeiros votem e se candidatem às câmaras municipais. Encerrada a discussão em primeiro turno, a proposta, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), recebeu emenda do senador Sérgio

Machado (PSDB-CE) determinando que o direito de que os estrangeiros votem e sejam votados seja condicionado ao princípio da reciprocidade entre as nações.

Também transcorreu na sessão de ontem o segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC que altera os limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória no serviço público, do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A PEC do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que pretende alongar a vida funcional dos servidores públicos avançou para o terceiro dia de discussão em primeiro turno.

TV exhibe homenagem ao Brasil no Parlamento português

A sessão solene que a Assembléia da República de Portugal realizou em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil é um dos destaques da programação deste final de semana da TV Senado. O programa vai ao ar amanhã e domingo às 14h30h.

A TV Senado incluiu ainda na programação a entrevista que o ex-secretário-executivo do extinto Ministério da Desburocratização, João Geraldo Piquet Carneiro, concedeu ao jornalista Fernando Cesar Mes-

quita sobre o código de ética para ministros e altos funcionários do governo. O jornalista Helival Rios entrevista o ministro Martus Tavares sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal no *Agenda Econômica*, que vai ser exibido às 6h30 e às 13h30 de amanhã e às 9h30 de domingo.

O programa *Revista Brasília*, que vai ao ar amanhã às 17 e às 0h, e no domingo às 17h, apresenta a egiptóloga Iara Kern, que fala das semelhanças entre Brasília e o Egito antigo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: A Próstata — 1ª parte
6h30 — *Cidadania*: Senadores Eduardo Suplicy e Ramez Tebet falam sobre os conflitos agrários
6h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre o Código Florestal
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escala* — Uma TV cheia de histórias — Lavandeira (TO)
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
13h30 — *Debate*: Sen. Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho — As Memórias de um Comunista*
14h30 — Sessão Plenária (representação)
18h30 — *Entrevista*: Sen. Jefferson Péres fala sobre o Brasil 500 anos
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
19h30 — *Debate*: Sen. Marina Silva e Dep. Moacir Michelleto falam sobre o Código Florestal
20h30 — *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre o Código Florestal

21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Consulta Marcada*: Esquizofrenia
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Peça "O Grito dos Anjos"
0h — *Grandes Clássicos*: Carl Stamitz — Concerto para clarinete e Orquestra

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Senado autoriza ECT a tomar empréstimo externo

Empresa poderá contratar financiamento de 37 milhões de marcos alemães para importar equipamentos de automação postal

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento para tomar empréstimo no valor equivalente a 37 milhões de marcos alemães junto ao BG Bank, da Dinamarca.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Wellington Roberto (PMDB-PB), explicou as taxas de juros que vão incidir sobre o empréstimo e informou que o dinheiro será usado para financiar importações de produtos dinamarqueses, para que a ECT dê continuidade ao seu programa de automação.

Roberto Requião (PMDB-PR) acredita que a operação vincula o



Wellington Roberto foi o relator do pedido de empréstimo

financiamento à concorrência para fornecimento de equipamentos. "E quem ganha a concorrência estabelece os preços de uma maneira mais ou menos livre", declarou. Para ele, as informações enviadas ao Senado são muito pouco conclusivas e a operação é pouco transparente.

Para Gerson Camata (PMDB-ES), não são apenas as taxas de juros que preocupam, mas a destinação dos recursos do empréstimo. "No lugar de aumentar o número de empregos, estamos tomando um empréstimo para diminuir os postos de trabalho", criticou.

A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), liberou os senadores para votar e lembrou que já tramita no Congresso pro-

yecto de lei que permite a privatização dos serviços postais, o que "acarretará aumento das tarifas, permitindo a venda de ações e a perda do controle acionário das empresas", afirmou.

O senador Lauro Campos (PT-DF) recorreu à memória para avaliar a operação em discussão. Em 1970, disse, as taxas de juros internas foram aumentadas, como forma de estimular os empresários a tomar empréstimos externos. Assim, lembrou, a dívida externa passou de US\$ 3 bilhões para mais de US\$ 6 bilhões, e boa parte dos dólares que vieram ficou parada, como reservas cambiais, enquanto o país pagava juros internacionais.

O Senado também autorizou o governo federal a tomar empréstimo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) para financiar o programa de modernização da Infra-estrutura dos hospitais das universidades federais.

Emenda reserva vagas para mulheres no STF

No segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece alternância de nomeações entre homens e mulheres para o cargo de ministro do STF, o autor da proposta, senador Ademir Andrade (PSB-PA), defendeu a matéria, alertando para a necessidade de que sejam adotadas medidas contra a discriminação, que, segundo avalia, atinge as mulheres, maioria na população:

— Basta olhar a representação política no Congresso, prefeituras e câmaras municipais. Os homens têm o domínio absoluto do poder. O fato concreto é que o STF jamais teve uma mulher. Será que não se reconhece nas mulheres de nosso país competência, reputação ilibada para ocupar os cargos mais importantes do país? Será que há dúvida sobre a capacidade e a sensibilidade da mulher? — perguntou.

Segundo ele, a PEC tende a apressar um processo que já é natural, pois as mulheres já estão ocupando seu espaço no mercado de trabalho. A matéria ainda passará por mais três dias de discussão em primeiro turno.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), a PEC "não possui racionalida-



Ademir: medidas contra a discriminação são necessárias



Heloísa: homens e mulheres não são tratados igualmente



Requião: importante é que não se discrimine nas indicações

de interna". O senador considerou, durante a discussão da matéria, que a proposta carece de "consistência teórica":

— Por que não escolherem-se sempre os melhores, sejam homens ou mulheres? Por que não, então, deficientes físicos, descendentes de japoneses ou os índios? Não vejo consistência teórica nessa proposta, que é bem-intencionada. Ela deve ser rejeitada pelo Senado — argumentou.

Para ele, o importante é que o presidente não discrimine as mulheres no momento de fazer indicações para os tribunais superiores. O senador lamentou que hoje não haja sequer uma mulher no STF, mas acredita que a proposta

em discussão não é a solução ideal para o problema.

Heloísa Helena (PT-AL) também discordou de Requião e esclareceu que as políticas afirmativas são estabelecidas a partir do entendimento de que, pelas normas estabelecidas na vida em sociedade, homens e mulheres não são tratados de maneira igual. Segundo ela, esses dados são demonstrados objetivamente nas "fritas" estatísticas oficiais.

— A emenda proposta é uma política afirmativa. Não é possível que nas listas feitas (*para o STF*) não haja uma mulher com competência e reputação ilibada para ocupar um cargo que foi criado para ser ocupado por homens e mulheres — disse.



Porto informou que existem hoje cerca de 700 mil pessoas exercendo a enfermagem no Brasil

Porto registra encontro da área de enfermagem

A Associação Brasileira de Enfermagem está realizando, desde o dia 12 e até amanhã, a 61ª Semana Brasileira de Enfermagem, quando os profissionais do setor discutirão o tema *Realidade e Perspectivas do Trabalho na Enfermagem*. O registro foi feito pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG), que ressaltou o fato de a Semana ser marcada por duas datas históricas para a categoria: o dia 12, Dia do Enfermeiro, coincide com a data de nascimento de Florence Nightingale; o dia 20, por sua vez, corresponde à data de falecimento da enfermeira Ana Néri.

A Semana Brasileira de Enfermagem, como informou o senador, foi instituída por decreto de Juscelino Kubitschek, em 1960, em substituição à anterior Semana do Enfermeiro. Conforme registros do Conselho Federal de Enfermagem, de setembro de 1999, a profissão é exercida hoje por quase 700 mil profissionais, sendo 82.200 enfermeiros, 81.800 técnicos de enfermagem, 387.100 auxiliares de enfermagem e cerca de 112 mil atendentes e parteiras. Estes totais são acrescidos por um sem-número de pessoas que exercem a atividade, mas sem capacitação nem habilitação para tal, afirmou o senador.

Um dos principais itens da pauta de reivindicações da categoria é exatamente a profissionalização de quadros não capacitados e não habilitados.

Do temário de debates constarão, segundo Arlindo Porto, o tratamento de questões como terceirização, trabalho em domicílio, reforma trabalhista e direito coletivo, condições de trabalho e flexibilização das negociações salariais.

Heloísa apóia greve de servidores e pede diálogo

Ao comentar movimento deflagrado no dia 11, líder do Bloco Oposição diz que falta de reajuste salarial é o maior problema da categoria

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), manifestou seu apoio à greve dos funcionários públicos deflagrada no último dia 11 e que já conta, segundo informou, com a participação de servidores de 26 instituições da administração pública direta de todo o país. Ela chamou também a atenção para o fato de que o movimento ganhou força a ponto de estar sendo considerado a maior paralisação da história nacional no serviço público.

Ela afirmou que a greve é resultado de um sentimento de indignação e inconformismo dos servidores, que estão sem reajuste salarial há mais de cinco anos. “Eles também estão motivados pelos últimos absurdos do governo e pelos tratamentos desiguais que testemunhamos, como a votação desse imoral salário mínimo, o auxílio-moradia dos juízes estendido aos procuradores e os ajustes con-



Heloísa Helena contestou as alegações de que o funcionalismo é culpado pelos gastos elevados do governo

cedidos aos dirigentes da Petrobras”, citou a senadora.

Heloísa contestou as alegações do governo de que o servidor público é o responsável pelos elevados gastos da administração. Ela informou que, de acordo com o balanço financeiro da União relativo a 1999, as despesas com a cate-

goria – incluindo aposentados e pensionistas – corresponde a 16,2% dos gastos financeiros do Orçamento. “É um mar de mentiras que envolve os servidores públicos”, completou.

A senadora informou também que os servidores querem um aumento de 63,68%, o que para ela “não é nenhum absurdo, se comparado com o que o governo vem fazendo em relação ao apoio a banqueiros, à negociação da dívida de São Paulo e com o pagamento da dívida pública”. Esclareceu, no entanto, que a categoria luta principalmente pela dignidade profissional e pela melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Ao comunicar a preparação de uma grande marcha prevista para a próxima quarta-feira, com a participação dos servidores, estudantes, movimentos populares e outras categorias de trabalhadores, Heloísa pediu ao governo que abra negociações imediatas com o funcionalismo.

Moreira: programa Luz no Campo é marco histórico para Rondônia

O programa de eletrificação rural do governo federal Luz no Campo e os esforços do governo de Rondônia vão proporcionar energia elétrica a cerca de 80% dos moradores do estado em três anos. A previsão é do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que registrou a visita a Porto Velho do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, na semana passada.

Moreira Mendes disse que a ida do ministro a Rondônia teve um significado especial para a população, pois representa a esperança de solução dos problemas de fornecimento de energia que frequentemente afetam a região. “A visita de Rodolpho Tourinho é um marco histórico comparado apenas à instalação da linha telegráfica pelo marechal Cândido Rondon e a abertura da BR-364, durante o governo Juscelino Kubitschek”, afirmou.

Segundo relatou o senador, Tourinho viajou ao estado para lançar o Luz no Campo e para a assinatura de acordos e contra-

tos para a construção do Sistema de Transmissão Porto-Velho (RO)/Rio Branco (AC), com ramal para Guajará-Mirim. O ministro também referendou acordo de implantação do projeto do gasoduto Urucu/Porto Velho, que vai levar o gás de Urucu para Rondônia e Acre:

— Essas obras vão possibilitar, em futuro próximo, a interligação desses estados com o Sistema Nacional de Transmissão e significarão a redenção definitiva deles em relação ao abastecimento de energia elétrica — observou Moreira Mendes.

O senador lembrou que as ações do governo vão impedir o êxodo rural e evitar assim a proliferação dos bolsões de pobreza nas áreas urbanas. A disponibilidade de energia será, segundo informou, um atrativo para as indústrias que pretendam instalar-se na região, gerando mais emprego, mais ren-



Moreira comparou a visita do ministro Tourinho à primeira linha telegráfica no estado ou à abertura da rodovia BR-364

da e mais impostos.

Moreira Mendes destacou ainda a preocupação demonstrada pelo ministro com as questões sociais e de segurança das cidades. Tourinho anunciou a intenção do governo de investir em programas de iluminação pública em todas as cidades brasileiras, com um custo 30% mais barato do que o atual.



Gilvam ressaltou a economia para os cofres públicos que as novas notas vão representar

Gilvam elogia lançamento das cédulas de plástico

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou a iniciativa do governo federal de lançar as cédulas de R\$ 10 em material plástico durante as comemorações dos 500 anos do Brasil. Segundo ele, o Brasil foi o 15º país do mundo a adotar o dinheiro de plástico. A Austrália foi o primeiro.

Gilvam destacou que a cédula de plástico tem um custo inicial mais alto que a de papel mas, a curto prazo, o dinheiro de plástico torna-se bem mais barato do que o tradicional. Além disso, afirmou, as novas notas também oferecem muito mais segurança contra falsificação do que as convencionais.

O senador explicou que o custo inicial de produção de cada cédula de papel de R\$ 10 é de R\$ 0,06, enquanto que a de plástico custa R\$ 0,10. Mas após 25 meses de circulação, continuou Gilvam, os custos se igualam, e o custo do material de plástico passa a ser mais conveniente.

No dia 25 de abril foram lançadas 125 milhões de cédulas, o que, segundo o senador, representará uma economia final de R\$ 33 milhões para os cofres públicos. Gilvam afirmou que os testes já realizados em outros países mostraram que o dinheiro de plástico tem uma durabilidade quatro vezes superior à da cédula de papel:

— O dinheiro de um país perpetua a sua história e reflete o seu nível político, econômico e de organização institucional. Além disso, o dinheiro de cada povo lembra os principais vultos de sua história. No nosso caso, as primeiras cédulas de plástico trazem a imagem de Pedro Álvares Cabral e mostram a exuberância de nossa flora, de nossa fauna e de nossa gente — disse.

Mozarildo quer plebiscito este ano para criar novos estados

Para senador, redivisão territorial do Norte e Centro-Oeste é “questão de soberania, de defesa nacional e de desenvolvimento”

A realização de plebiscito, ainda este ano, para a criação dos estados de Araguaia, Tapajós e Solimões, provenientes da divisão do Amazonas, Pará e Mato Grosso, foi defendida ontem, em Plenário, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). O parlamentar destacou a extensão desses estados, que juntos somam mais da metade do território brasileiro e têm fronteiras com sete países da América Latina.

— Os estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste têm, em geral, menor extensão, enquanto Amazonas, Pará e Mato Grosso, diante de seu gigantismo, enfrentam sérias dificuldades administrativas. A redivisão territorial do país é também necessária por razões geopolíticas — disse Mozarildo.

Ele defendeu a necessidade de implementar o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste através da ocupação de territórios, política utilizada por Getúlio Vargas, em 1943, com a criação dos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, e por Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília.

— Esses estados têm fronteiras



Mozarildo diz que desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste virá através da ocupação de territórios

com países problemáticos, com forte atuação do narcotráfico e de guerrilhas. É questão de soberania, de defesa nacional e de desenvolvimento — continuou o senador, mencionando o relatório da Comissão de Estudos Territoriais, de março de 1990, que teve a participação de deputados, senadores e membros do Poder Executivo. A comissão recomendava a criação de três novos estados e um território.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que, antes de qualquer debate sobre redivisão territorial, é necessária

a definição, pelo governo federal, de uma política de desenvolvimento sustentável, que gere emprego, renda e alimento para a Amazônia. Ela criticou a criação de uma secretaria operacional de tratamento da Amazônia, uma instituição com personalidade jurídica internacional, que funcionará sem a fiscalização do Parlamento e do próprio Executivo.

Mozarildo concordou com a necessidade de estabelecer políticas de desenvolvimento para a Amazônia, mas disse acreditar que isso possa se dar paralelamente à criação dos novos estados.

Osmar Dias pede rapidez na votação de mudanças no DPVAT

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ontem, em discurso no Plenário, que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examine seu projeto de lei que muda os critérios de cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT). O projeto, que teve vista pedida na comissão pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), determina que os recursos do prêmio do seguro não podem ser destinados a instituições privadas, e que as seguradoras terão que promover campanhas publicitárias esclarecendo aos cidadãos sobre seus direitos.

— Há um projeto na Câmara, de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), prevendo a extinção do seguro obrigatório. Há também um inquérito no Ministério Público questionando a constitucionalidade dessa cobrança. Mas o alcance social desse seguro é grande e ele não pode ser substituído por um seguro facultativo. O seguro obrigatório não deve acabar, mas precisa mudar — afirmou o senador.

Osmar Dias informou que, em 1999, foram arrecadados R\$ 1 bilhão e 151 milhões com o seguro obrigatório, e R\$ 251 milhões foram efetivamente pagos em indenizações. Parte dos recursos é destinada ao Ministério da Saúde (45%) para aplicação no SUS,



Osmar Dias: “O seguro obrigatório não deve acabar, mas precisa mudar”

e ao Detran (5%). Segundo Osmar Dias, a Federação Nacional de Empresas Privadas de Seguros (Fenaseg) recebeu, no ano passado, R\$ 221,4 milhões oriundos dos recursos do seguro obrigatório para o pagamento de despesas administrativas e fundo de reserva.

— A cobrança dos valores pagos hoje é imoral. O dinheiro arrecadado está indo para instituições privadas — protestou.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra afirmou ainda não ter opinião formada sobre o assunto e que, por esse motivo, pediu uma audiência pública na CAE. Mas, segundo ele, se não houver tempo para a realização da audiência na próxima terça-feira, desistirá da iniciativa. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que estudará o projeto.

Governo incorpora proposta de Maldaner a MP e permite reingresso no serviço público

O governo incorporou de forma textual um projeto de lei do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) na reedição de medida provisória e passou a permitir o reingresso no serviço público de servidores aposentados. A comunicação foi feita ao Plenário pelo próprio Maldaner, que considera assim neutralizado um dos efeitos “notoriamente negativos” da reforma da Previdência Social: a corrida frenética às aposentadorias por parte de servidores públicos.

Reeditada pelo Executivo no último dia 4 de maio, a medida provisória acrescentou à matéria original a permissão para que servidores públicos aposentados possam requerer o reingresso à atividade. A MP tratava, originalmente, da reestruturação das carreiras de auditoria do Tesouro Nacional e da



Maldaner espera que a MP propicie o retorno ao serviço público de “profissionais experientes e de alto nível de qualificação”

organização das carreiras de auditor fiscal da Previdência e do Trabalho.

Pela matéria, que Maldaner considera não ter sido devidamente divulgada, têm direito a reingresso os servidores estáveis que solicitaram aposentadoria há até cinco anos, desde que o requeiram, haja interesse da administração pública e cargo vago. A reversão da aposentadoria será feita no mesmo cargo, ou no que

ele tenha se transformado, com a respectiva remuneração, acrescida inclusive das vantagens de natureza pessoal que o servidor recebia antes do pedido de aposentadoria.

Na opinião do senador, a MP assegurará o retorno ao serviço público de profissionais experientes e de alto nível de qualificação, com impacto positivo sobre o equilíbrio das contas da Previdência.

Aprovado na Câmara prazo de prescrição de ação trabalhista rural

Osmar Dias também elogiou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional (PEC) de sua autoria que iguala em cinco anos o prazo de prescrição de ações trabalhistas de trabalhadores rurais e urbanos. Na opinião do senador, a PEC, já aprovada no Senado, ajudará a diminuir o desemprego no campo.

— Pela falta de prazo prescricional para ações trabalhistas no campo, surgiu uma verdadeira indústria de ações. Os empregadores se sentiam ameaçados, passaram então a preferir trabalhadores temporários, o que gerou uma grande quantidade de bóias-frias. A médio prazo, a nova legislação trará uma mudança no panorama do campo, os empregos permanentes voltarão — acredita Os-

mar Dias.

Atualmente, o artigo 7º da Constituição determina que o trabalhador urbano tem cinco anos de prazo para entrar com ação trabalhista, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. Para o trabalhador rural, a Constituição prevê apenas o prazo prescricional de dois anos após o término da relação trabalhista.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ser favorável à fixação de um prazo prescricional para as ações trabalhistas rurais, mas considera errado esse prazo ser igual ao dos trabalhadores urbanos, uma vez que as realidades são muito diferentes. Na opinião de Dutra, o prazo para prescrição em ações trabalhistas rurais deveria ser de oito anos.



Suassuna confessa que está assustado com dolarização da economia de vários países

Suassuna reitera apoio à equipe econômica

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) contestou em Plenário, ontem, trechos da coluna de Márcio Moreira Alves, publicada pelo jornal *O Globo*, em que o jornalista o acusa de ser contrário às diretrizes da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. “Quero esclarecer que comungo da postura da atual equipe econômica, que foi quem buscou a solução para os problemas da dívida”, salientou Suassuna.

O senador citou os resultados “positivos” obtidos recentemente pela economia brasileira, e disse que os fatos acabaram derrubando os argumentos das “aves negras que diziam que a economia ia ser destruída”. Apesar dessa visão favorável em relação à equipe econômica, concordou quando Márcio Moreira o considerou, em trechos da matéria, “assustado em relação aos grandes problemas vividos pela República”.

Um dos desafios nacionais citados por Suassuna diz respeito à crise das empresas de aviação. Para ajudar a solucionar a questão, o senador informou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve promover, na próxima semana, uma audiência pública com os presidentes das companhias aéreas, aeroviários, aeronautas e demais representantes do setor de aviação civil.

Ainda em relação aos grandes temas nacionais, Suassuna revelou-se preocupado com a situação do balanço de pagamentos, o fraco desempenho das exportações, a desnacionalização das indústrias, além da dolarização dos países das Américas do Sul e Central.

Ao final de seu pronunciamento, o senador paraibano registrou sua satisfação pela “pacificação” do PMDB da Paraíba.

Carlos Wilson propõe diagnóstico para dinamizar turismo no Nordeste

Criar um sistema mais eficiente de controle de qualidade dos serviços públicos e privados na região, bem como definir e aplicar uma estratégia de marketing, são sugestões do senador

A elaboração de um diagnóstico acurado sobre a situação atual do setor turístico do Nordeste foi defendida pelo senador Carlos Wilson (PPS-PE). Ele espera com isso que sejam formuladas propostas que transformem esta atividade econômica em um “grande potencial dinamizador do desenvolvimento da região”. Carlos Wilson registrou que, enquanto em outros países o turismo responde por 10% do Produto Interno Bruto, no Brasil esse percentual chega a 5,5% e, no Nordeste, cai para 3% do PIB regional.

— Não deixa de ser revoltante, especialmente para um representante político da região, ver desbaratarem-se, por falta de utilização racional, tantos recursos e tantas possibilidades de desenvolvimento econômico e de promoção social em meio ao quadro de miséria e de degradação da dignidade humana vivido por amplos contingentes de concidadãos nor-



Carlos Wilson considera revoltante o desperdício de oportunidades diante do quadro de miséria do Nordeste

destinos — disse Carlos Wilson.

QUALIDADE

Para que o turismo cresça no Nordeste, na avaliação do senador, é necessário, entre outras providências, criar um sistema mais eficiente de controle de qualidade dos serviços públicos e privados na região, bem como definir e aplicar uma estratégia de marketing aos mercados que possam trazer um retorno significativo.

Falando especificamente sobre o turismo de Pernambuco, o se-

nador elegeu como prioridade a ampliação e reforma do Aeroporto dos Guararapes. Ele argumentou que as obras já deveriam ter sido iniciadas, e lamentou que somente há pouco tempo o governo do estado tenha anunciado a disposição de começar. Computado o prazo de licitação e a obra em si, Carlos Wilson estimou que o aeroporto permanecerá operando em situação precária por mais três anos.

O senador registrou ainda

que na sua gestão à frente do governo do estado, há cerca de dez anos, mandou elaborar “o maior projeto turístico do Nordeste”, o Projeto Costa Dourada, que visava aproveitar o potencial das praias do litoral sul de Pernambuco e do litoral norte de Alagoas. Ele acrescentou que também se esforçou para implantar a rodovia que dá acesso às praias dos municípios de Porto de Galinhas, Ipojuca, Serinhaém e Cabo de Santo Agostinho.

Em aparte, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu que o turismo deveria ser considerado uma das prioridades do governo federal, por suas características de atividade essencialmente econômica geradora de renda, de receita pública e de emprego. Ele sugeriu que a área de turismo seja repassada para o Ministério do Desenvolvimento.

Suplicy aponta risco de dolarização da economia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou, em discurso ontem no Plenário, para a possibilidade de dolarização da economia brasileira. Embora o governo já tenha garantido que não vai substituir o real pela moeda norte-americana, a dolarização que está em marcha em outros países da América Latina poderá ameaçar o Brasil, alertou Suplicy.

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do dia 9, lembrou o senador, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse que continua firme em sua convicção de que “o Brasil deve administrar a sua própria moeda por meio do regime de câmbio flutuante”. Semelhante afirmação já havia sido feita aos membros da CAE pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme Suplicy, há “margem de concordância” entre as declarações das autoridades e o que entende a oposição. A diferença estaria na ênfase.

Suplicy também lamentou que o governo tenha demorado tanto

a adotar o regime de flutuação do câmbio. O atraso na desvalorização da moeda nacional, que começou a ser discutida em 1994 e só veio a ocorrer em janeiro de 1999, provocou rombo nas contas externas, em sua avaliação. As causas foram aumento dos gastos com importação, diminuição das exportações e elevação da dívida criada a partir de empréstimos e investimentos estrangeiros de curto prazo, observou.

ONDA

O governo deveria dar mais atenção à onda dolarizante, na opinião de Suplicy. O Equador, por exemplo, trocou sua moeda pelo dólar, ao passo que a Argentina utiliza-se da caixa de conversão, um sistema cambial considerado como o passo inicial para a dolarização. No Timor Leste, o dólar também está sendo usado como moeda, por decisão do representante da Organização das Nações Unidas (ONU), mas contra a vontade do governo recém-eleito. E em países como o Peru, o Uruguai e a Bolívia, as



Na avaliação de Suplicy, o governo deveria dar mais atenção à onda dolarizante

moedas nacionais foram parcialmente substituídas pela moeda norte-americana, informou.

— Não nos cabe adotar uma atitude arrogante e imaginar que o Brasil, como país de proporções continentais, está acima disso tudo. Não devemos superestimar a resistência do atual governo brasileiro diante de pressões externas — afirmou Suplicy.

O senador se disse satisfeito com a disposição de Fraga em participar do grupo de trabalho

criado no âmbito da CAE para a discussão de questões monetárias internacionais, do qual participarão os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM) e o próprio Suplicy. A intenção do senador petista é realizar no Senado um simpósio internacional sobre dolarização, já que o tema está preocupando parlamentos de diversos países da América Latina.

Freire reafirma compromisso com a democracia

O senador recordou as lutas dos movimentos de esquerda ao longo do século, e em tom crítico reconheceu diversos erros cometidos pela esquerda brasileira, que optou pela radicalização e provocou reações violentas

O senador Roberto Freire (PPS-PE) reafirmou ontem o compromisso de sua legenda partidária, sucessora do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com os princípios democráticos. Criticou também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pela radicalização, e o presidente Fernando Henrique Cardoso, por “endurecer” o discurso e ameaçar recorrer à Lei de Segurança Nacional (LSN), considerada um “entulho da ditadura”.

— Ser de esquerda é reafirmar sempre a democracia, como método e como conteúdo — pregou Freire.

O senador recordou as lutas dos movimentos de esquerda ao longo do século. Ele fez um histórico dos acontecimentos políticos e sociais do país e comentou as atitudes e decisões tomadas, frente a eles, pelos comunistas. Em tom crítico, reconheceu diversos erros cometidos pela esquerda brasileira, que optou pela radicalização e acabou desencadeando reações violentas por parte das elites autoritárias, princi-



Roberto Freire: o PCB não capitulou sob nenhuma pressão e submeteu à crítica as concepções que defendiam a luta armada

palmente durante o regime militar.

— Da parte do PCB, ocorreu uma mudança importante: não capitulamos sob nenhuma pressão, não demos mais passagem ao golpismo e ao voluntarismo. Combatemos o antidemocratismo e submetemos à crítica as concepções e ações das organizações da luta armada, sem nenhuma conciliação com elas — afirmou Freire.

O senador lembrou o episódio do

seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969, quando um dos presos políticos trocados pelo diplomata foi um dos líderes de seu partido, Gregório Bezerra. Apesar de trocado pelo embaixador, Gregório divulgou uma carta, em seu nome e do partido, discordando dos métodos das organizações empenhadas na luta armada contra o regime.

Roberto Freire disse que apresentará um projeto para revogar a LSN, e deplorou a truculência da polícia paranaense, que provocou a morte de um trabalhador sem-terra. Ele também criticou o governo pela falta de diálogo com o MST e pela demora em realizar a reforma agrária.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou o encontro entre líderes do MST e os ministros do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e da Justiça, José Gregori, no próximo dia 30. Suplicy comentou que não ficou comprovado que depredações a prédios públicos e o seqüestro de servidores do In-cra tenham sido cometidos por integrantes do MST.

Projeto de José Eduardo Dutra revoga a Lei de Segurança Nacional

Argumentando que é “injustificável” a permanência de dispositivos de exceção que foram elaborados em pleno regime militar, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). Segundo disse, os instrumentos de proteção da soberania nacional e de defesa dos três Poderes devem estar contemplados no Código Penal e no Código Penal Militar, que estão sendo reelaborados pelo Ministério da Justiça.

Dutra fez questão de ler, em Plenário, o voto em separado dado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso e outros parlamentares quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, em 14 de dezembro de 1983. “A existência da LSN representa uma exceção embasada em motivações políticas e comprometida pela inspira-

ção da doutrina de segurança nacional, ideologia alienígena, infelizmente assumida por segmentos que estiveram no poder nesses últimos anos”, afirmou Fernando Henrique a seus colegas de Parlamento.

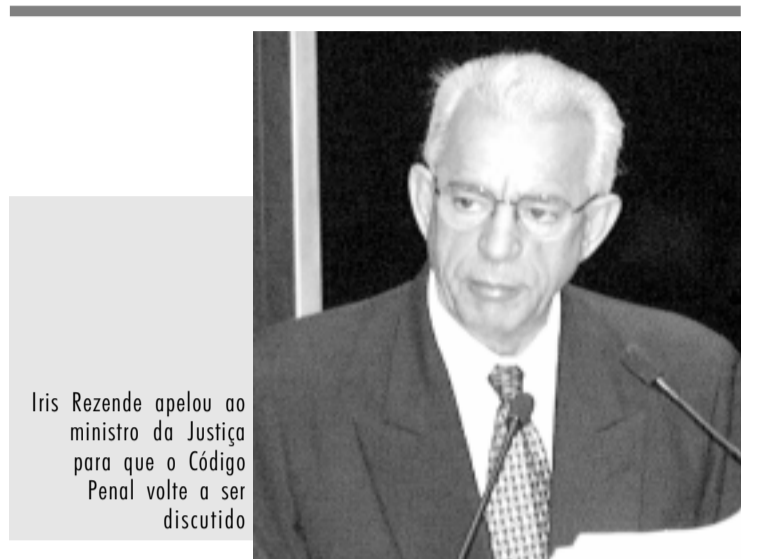
Segundo Dutra, os parlamentares se manifestaram, naquela ocasião, pela não aprovação da lei e apontaram a proposta como grave exceção ao ordenamento jurídico e constitucional brasileiro. Disseram ainda, completou, que a LSN significaria a submissão do cidadão civil a julgamento pela Justiça Militar, por delitos ou fatos que não diziam respeito às instalações ou serviços militares. Os parlamentares afirmaram também, durante o voto contrário à LSN, que as leis penais já tinham instrumentos para garantir a segurança do Estado e das instituições, lembrou



Para Dutra, os instrumentos de proteção à soberania devem estar contemplados na legislação penal

José Eduardo Dutra.

O senador por Sergipe também protestou contra o enquadramento de trabalhadores sem-terra na LSN e fez um apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, para que faça mais do que simplesmente classificar o fato como “um absurdo”. Para Dutra, a tramitação de seu projeto que revoga a LSN pode levar Gregori a incluir, nos códigos em discussão no ministério, a defesa da verdadeira segurança nacional, “sem transplantar a segurança de algumas pessoas para o âmbito da Lei de Segurança Nacional”.



Iris Rezende apelou ao ministro da Justiça para que o Código Penal volte a ser discutido

Iris cobra retomada da reformulação do Código Penal

Um apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, para que sejam retomados os trabalhos de reformulação da parte especial do Código Penal foi feito pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). A medida poderá, na avaliação do parlamentar, permitir que o Brasil disponha de mecanismos eficientes para coibir a onda de criminalidade que atinge o país. Ele lembrou que a parte geral do código já foi modificada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

— Faço o mesmo apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que saberá reconhecer a importância das reformulações em uma lei primordial para a sociedade brasileira, que necessita com urgência desse reordenamento para se adaptar às novas características culturais de um país em constante mutação — acrescentou.

O senador goiano lembrou que foi durante sua gestão como ministro da Justiça, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que foram constituídas três comissões especiais para estudar a modernização da legislação penal brasileira. A primeira dedicou-se a elaborar um anteprojeto da parte especial do Código Penal, a segunda cuidou do Código de Processo Penal e a terceira estudou propostas para reformular a Lei de Execuções Penais.

Iris Rezende registrou que, em

sessão solene no dia 24 de março de 1998, apresentou, como ministro da Justiça, o resultado do trabalho das comissões especiais. No dia seguinte, prosseguiu, o *Diário Oficial* da União publicou o anteprojeto na íntegra. Na mesma data foi assinada portaria ministerial designando nova comissão especial para, no prazo de 180 dias, receber as contribuições dos vários segmentos sociais.

De acordo com Iris, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que o substituiu no Ministério da Justiça, deu prosseguimento ao trabalho da comissão de juristas e prorrogou o prazo para recebimento de sugestões por mais dois meses. No dia 8 de abril do ano passado, o então ministro Renan Calheiros recebeu um novo texto do anteprojeto para a parte especial do Código Penal. O trabalho foi encaminhado imediatamente à Presidência da República para ser enviado ao Congresso Nacional.

Com a ascensão do advogado José Carlos Dias ao cargo de ministro da Justiça, afirmou Iris Rezende, o anteprojeto foi posto de lado. Em seu lugar começou a ser formulado um “diagnóstico nacional que, decorrido mais de ano, não se tem conhecimento de sua existência”. Com José Gregori, acredita o senador, o trabalho feito pelas comissões especiais deverá ser retomado.